

Relatório da Audiência Pública de Monitoramento do PPAG 2008-2011, exercício 2009, período janeiro a abril.

INTRODUÇÃO

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais realizou, nos dias 24 e 25 de junho de 2009, audiência pública de monitoramento do PPAG 2008-2011, referente à execução física e financeira das ações planejadas, no período de janeiro a abril de 2009. A proposta foi a de apresentar para a população o Relatório Institucional de Monitoramento do PPAG 2008-2011, elaborado pelo Poder Executivo, em audiência pública com a presença dos gestores dos programas, com vistas a identificar as razões do êxito ou fracasso das ações em relação aos objetivos definidos e aos resultados alcançados.

A literatura referente ao tema da avaliação da execução de políticas públicas estabelece que o cumprimento dos objetivos pode ser avaliado a partir de três critérios: eficácia, eficiência e efetividade.

- Avaliação da **eficácia** no cumprimento das metas.
- Avaliação da **eficiência** dos meios e recursos empregados.
- Avaliação da **efetividade** social da política implementada (os efeitos produzidos em uma população ou em uma situação como consequência da execução de uma política).

Os relatórios de monitoramento do PPAG produzidos pelo Poder Executivo trazem informações que subsidiam uma avaliação da **eficácia** no cumprimento das metas física e financeira definidas no Plano. No entanto, ao estabelecer uma correlação entre o cumprimento de metas físicas e os recursos financeiros despendidos, os relatórios informam também uma avaliação da **eficiência** no emprego desses recursos.

A inovação do processo de monitoramento do PPAG, promovido pela ALMG em parceria com o Poder Executivo, encontra-se na promoção de uma **instância de avaliação**, com a participação de um grupo de **atores sociais estratégicos**: os legisladores, os administradores e os destinatários das leis e políticas públicas.

Para melhor compreensão desse processo e de seu caráter inovador, faz-se necessário retornar na história e recuperar a constituição da **Comissão de Participação Popular** – CPP – e de sua atuação, em conjunto com a **Comissão de Fiscalização**

Financeira e Orçamentária, na promoção da participação da população nas discussões referentes à legislação orçamentária no Estado.

Essa opção por promover o controle social sobre a execução das políticas públicas no Estado por meio do **acompanhamento do sistema de planejamento orçamentário** (PMDI, PPAG, LDO e LOA), num processo de parceria entre a ALMG, o Governo do Estado e os movimentos sociais, tem-se mostrado como a principal inovação institucional direcionada à incorporação e ao atendimento das demandas da população pela ALMG.

Inédito no País, o processo de elaboração e revisão participativas do PPAG mobiliza cidadãos e entidades, confere transparência e estimula o acompanhamento das políticas públicas.

- Em 2003, o mecanismo de **revisão anual participativa do PPAG** foi incorporado à legislação por força de emenda da CPP resultante da apreciação de proposta popular.
- Em 2008, o mecanismo de **acompanhamento participativo da execução das metas físicas e financeiras do PPAG em 2009 (monitoramento)** também foi incorporado à legislação por força de emenda da CPP resultante da apreciação de proposta popular.

Além de apresentar sugestões que resultam em emendas de remanejamento de recursos, criação de ações ou alteração dos atributos de uma ação ou de um programa, esse processo participativo tem gerado, pelo menos, três grandes impactos: **sinergia** do Estado com os movimentos sociais; construção de **conhecimento** sobre o orçamento público e sua execução pelos movimentos sociais; construção de **metodologia** de acompanhamento da execução orçamentária pelos movimentos sociais.

Importa, aqui, ressaltar a emenda aprovada ao PPAG 2008-2011, no processo de revisão para o exercício 2009, que instituiu as audiências públicas para seu monitoramento, o que constitui importante conquista no que diz respeito ao **acesso a informações estratégicas** relativas à execução das metas física e financeira estipuladas nesse Plano. Além disso, essa prática promove o compromisso com a **execução das ações planejadas** e com a correção de rumos para a efetiva **geração de resultados pelas políticas públicas**, além do envolvimento de **atores políticos relevantes na produção e processamento de informações estratégicas**: o legislador, o gestor da política no Poder Executivo e a população.

As ações que compõem os programas presentes no PPAG são monitoradas sistematicamente pelo Governo do Estado, com o objetivo de **produzir as informações necessárias a sua gestão e à reprogramação de atividades para a revisão anual do Plano**, formatadas nos relatórios institucionais de monitoramento, produzidos a cada bimestre, de forma cumulativa. Assim, o último relatório apresenta dados sobre a execução de metas física e financeira de todo o exercício. Esses relatórios apresentam informações relativas à execução das metas física e financeira das ações de cada programa, em relação ao que foi programado no Plano. Esses relatórios são publicados no “site” da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (www.seplag.mg.gov.br).

Para promover o debate público sobre a execução das ações planejadas no PPAG no período de janeiro a abril de 2009, a ALMG criou um “hotsite” específico, em sua página eletrônica, e realizou a audiência pública aqui relatada. A abertura foi realizada no Plenário e contou com 11 grupos de trabalho, cada um responsável pelo acompanhamento de uma área de resultados. Este relatório traz a síntese das apresentações e dos debates ocorridos em cada um desses eventos.

No total, participaram 351 pessoas, representando 139 entidades da sociedade civil.

Fonte: Coordenação de Relações Públicas e Cerimonial/ALMG

Participantes presentes por grupo de trabalho			
	Inscritos previamente	Novas inscrições	TOTAL
Grupo 1- Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce	17	10	27
Grupo 2- Redução da pobreza e inclusão produtiva	35	34	69
Grupo 3- Rede de cidade e serviços	24	11	35
Grupo 4- Logística de integração e desenvolvimento	6	11	17
Grupo 5- Educação de qualidade	41	23	64
Grupo 6- Vida saudável	27	9	36
Grupo 7- Investimento e valor agregado da produção	11	3	14
Grupo 8- Defesa social	32	38	70
Grupo 9- Protagonismo juvenil	29	23	52
Grupo 10- Inovação, tecnologia e qualidade	19	5	24
Grupo 11- Qualidade ambiental	22	18	40

Os gerentes dos projetos estruturadores apresentaram a execução das metas físicas e financeiras do PPAG e o que determinou a situação atual de execução, por programa/ação. Dessa forma, foi possível obter informações sobre o andamento dos programas, debater as dificuldades enfrentadas e os principais resultados alcançados,

além de **acessar informações estratégicas que poderão orientar a atuação da sociedade no processo de revisão do PPAG para o próximo exercício.**

A promoção da participação popular nesse processo e, fundamentalmente, a constituição dessa instância de interlocução entre legisladores, administradores e população traz impactos positivos em pelo menos três dimensões:

- acesso a **informações estratégicas** sobre a execução das metas físicas e financeiras estabelecidas no PPAG;
- influência no **direcionamento da agenda pública**, reforçando áreas que demandam a atuação do Estado e exigindo prioridade em sua execução;
- consolidação de um **sistema participativo de acompanhamento de políticas públicas** no Estado, com a construção de conhecimento e metodologias.

A principal inovação observada nesse processo, no entanto, diz respeito à constituição, conforme já dissemos, de uma **instância de avaliação**, composta por **atores sociais estratégicos – legisladores, gestores públicos e destinatários das leis e políticas públicas** –, que discute e valida os resultados do monitoramento da execução das metas física e financeira do PPAG, o que, originalmente, estava revestido de caráter estritamente técnico. Essa **instância de avaliação** não é um ator passivo, pois influencia a avaliação e afirma como legítima a diversidade de pontos de vista. Além disso, essa **instância de avaliação** é composta pelo mesmo grupo que irá atuar na formulação e na revisão anual do PPAG.

Deputado André Quintão

Presidente da Comissão de Participação Popular

Deputado Zé Maia

Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária